

Este número é quase todo dedicado a trabalhos que abordam estudos, análises e discussões sobre políticas de ação educacional que visam à superação de situações de não equidade e de desigualdades socioeducacionais na educação superior. Os quatro últimos artigos situam-se em outro foco, tratando da constituição da universidade, de aspectos da história da educação e de intervenções didáticas, mantendo a pluralidade característica da *Revista*.

Com o objetivo de motivar a discussão e a apresentação de estudos sobre ações afirmativas no ensino superior, foi feita uma chamada especial, divulgada entre pesquisadores, coordenadores de programas de pós-graduação e usuários da *RBEP* e do *Em Aberto*, também publicada nas formas impressa e eletrônica, nos seguintes termos:

Iniciativas diversas vêm sendo tomadas por várias instituições de educação superior e pelo Governo Federal visando ampliar o acesso a este nível de ensino e assegurar a permanência de uma nova clientela social. Várias universidades instituíram, por exemplo, cotas para negros ou cotas para egressos da escola pública, ou abriram novos *campi* em bairros onde se concentram camadas sociais mais baixas. Entretanto, carecem ainda de estudos que possam responder a questões que impulsionaram tais iniciativas, como: Houve ampliação da base social da educação superior, teria ela se diversificado? Se essa diversificação ocorreu, quais foram os principais grupos sociais alcançados? Como vem comportando-se o rendimento acadêmico do alunado que ingressou por meio dessas iniciativas, comparado ao de seus colegas? Houve

mudanças institucionais para o recebimento desses novos grupos? Tais mudanças se cingiram à organização administrativa ou se expressaram também em projetos pedagógicos? Houve repercussões financeiras, e, se ocorreram, de que ordem foram?

A comunidade acadêmica correspondeu à chamada, e dezenas de textos foram submetidos à avaliação. Os artigos constantes neste número foram os indicados pelos consultores *ad hoc* e pela Editoria Científica, em avaliação cega. As abordagens são variadas, trazendo contribuições de diferentes naturezas para a discussão dessas políticas e enriquecendo o conhecimento sobre ações afirmativas, democracia, pobreza, interculturalidade, etnias, juventude, papel das universidades e demandas contemporâneas. Restam muitas questões a responder e aspectos a tratar, o que certamente alimentará vários outros estudos.

Para gestores atentos e compromissados, estudos oferecem rica contribuição para uma compreensão ampla e, ao mesmo tempo, aprofundada de processos que favoreçam a equidade social, o que pode reverter salutarmente em guia e inspiração para políticas de ação que visem criar condições sociais mais igualitárias. Como se ressalta no primeiro artigo deste número, há uma relação de “infinita responsabilidade para com o excluído, uma vez que a sociedade, através de todos, é corresponsável nesse processo de cumprimento democrático”, não deixando o Estado eximir-se, porém, de seu papel no investimento para a materialização dos direitos sociais, entre eles, fundamental, o da educação, que precisa ser fortemente dirigida para, como se pondera no artigo sobre pobreza e ações afirmativas, “diminuir o impacto da origem socioeconômica no desempenho escolar, de uma forma geral, a partir da escola básica”. A parcela popular nessa condição está demandando uma nova perspectiva, a de um “devir popular”, como colocado no ensaio sobre “Cultura e resistência: a criação do popular e o popular como criação” – “[uma] força imanente à vida que resiste incessantemente, porque recusa submeter-se a todas as formas de morte”. Como defende Anísio Teixeira em belo poema: “Educação é vida.”

Para concluir, como apontado no segundo artigo, não se pode abrir mão do apoio e do compromisso da sociedade civil para alterar as relações que favorecem as grandes desigualdades, “até porque é nas suas arenas que muito se joga o futuro imaginado de convivialidade e interculturalidade entre pessoas pertencentes a culturas diferentes”.

*A Editoria Científica*